



INTERNATIONAL CENTRE FOR  
TRADE AND SUSTAINABLE  
DEVELOPMENT



FUNDAÇÃO  
GETULIO VARGAS



19 de novembro de 2007

Vol. 2 No. 16

<b>NOTÍCIAS MULTILATERAIS</b>	<b>1</b>
<b>NAMA: maiores divergências diminuem expectativas de um acordo sobre Doha</b>	<b>1</b>
<b>Brasil e Peru discutem novas propostas para liberalização de bens ambientais</b>	<b>3</b>
<b>NOTÍCIAS REGIONAIS</b>	<b>5</b>
<b>Secretário Geral da ONU visita Argentina, Chile e Brasil</b>	<b>5</b>
<b>INPI realiza estudo comparativo sobre patentes biotecnológicas</b>	<b>7</b>
<b>BREVES INFORMES MULTILATERAIS</b>	<b>8</b>
<b>UNCTAD lança segunda edição de Índice de Comércio e Desenvolvimento</b>	<b>8</b>
<b>BREVES INFOPRMES REGIONAIS</b>	<b>9</b>
<b>Bolívia retira-se do centro Internacional para Resolução de Disputas de Investimentos</b>	<b>9</b>
<b>França ainda suspeita de Organismos Geneticamente Modificados</b>	<b>10</b>
<b>EVENTOS</b>	<b>11</b>
<b>INFORMAÇÕES ÚTEIS</b>	<b>12</b>

## NOTÍCIAS MULTILATERAIS

### **NAMA: maiores divergências diminuem expectativas de um acordo sobre Doha**

Será possível um acordo nas negociações sobre bens industriais da Rodada Doha? Ou será que os limites dos Membros simplesmente não se sobrepõem o suficiente para chegar a um acordo? Após uma semana de discussões, que serviu mais uma vez para ressaltar as diferenças entre os Membros da OMC ao invés de apontar um caminho para maior convergência, oficiais de comércio afirmam que a resposta para essas questões permanece obscura.

Durante as recentes discussões sobre acesso a mercado de bens não agrícolas (NAMA, sigla em inglês), houve um aprofundamento da cisão entre o grupo de países em desenvolvimento (PEDs), que procura suavizar suas obrigações sobre potenciais reduções tarifárias e um grupo de países – tanto desenvolvidos como em desenvolvimento – que consideram inaceitáveis tais pedidos de “flexibilidade”.

#### **Diferenças inconciliáveis?**

Com posições aparentemente inconciliáveis, as delegações afirmam que um possível acordo dependerá de se saber se, de fato, os países não estão dispostos a mudar suas demandas, ou se apenas tentam influenciar o conteúdo do novo esboço de texto em preparação pelo presidente das negociações de NAMA.

A divulgação dos esboços de texto revisados sobre NAMA e agricultura estava inicialmente prevista para meados de novembro. Com o adiamento da publicação do texto sobre agricultura, para possibilitar maiores discussões sobre o assunto, espera-se a divulgação de ambos os textos para o final deste mês, ou ainda para o início de dezembro. As delegações acreditam que como não haverá muito tempo para negociar os *tradeoffs* em nível ministerial, antes do feriado do Natal, já é muito tarde para se alcançar um acordo sobre os textos de agricultura e NAMA até o final deste ano.

**PONTES Quinzenal** também está disponível [online](#) e é atualizado a cada duas semanas.

Caso deseje cadastrar-se (gratuitamente) em nossa lista de envio do **Pontes Quinzenal**, envie uma mensagem para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch). No título do e-mail escreva “inscrição” e, no corpo do texto, indique seus dados (nome completo e profissão) e como conheceu o periódico.

## **Em busca de maiores flexibilidades**

O esboço de acordo sobre NAMA publicado em julho passado, propõe uma redução tarifária que limite as tarifas dos PEDs em no máximo 8 ou 9% e aquelas dos países desenvolvidos entre 19 e 23%. Essa proposta não foi bem recebida por países como Argentina, Brasil, Índia e África do Sul, que a consideram muito exigente em relação aos PEDs, muito suave com os países industrializados e desproporcional em comparação à reforma dos subsídios agrícolas proposta no esboço de texto sobre agricultura. Por outro lado, os Estados Unidos da América (EUA) e a União Européia (UE) acreditam em um acordo dentro dos parâmetros apresentados neste primeiro esboço.

Cerca de 30 PEDs – incluindo as maiores economias emergentes – terão de aplicar a fórmula de redução tarifária. Os demais países, como, por exemplo, as economias pequenas e vulneráveis (SVEs, sigla em inglês) serão elegíveis para cortes tarifários mais suaves. Segundo as propostas do texto de NAMA de julho, esses 30 países poderiam sujeitar 10% de seus produtos a cortes tarifários 50% mais baixos do que aqueles reivindicados na fórmula (desde que esses 10% não correspondam a mais do que um décimo do volume de importações de produtos manufaturados). Outra opção a esses países seria excluir 5% de todas as suas linhas tarifárias (exclusão limitada até 5% do total de importações).

O alcance de tais flexibilidades, assim como o tratamento especial e diferenciado para os países individualmente considerados e para uniões aduaneiras, esteve no centro das recentes discussões sobre NAMA. Os Membros do Mercosul reiteraram seu pedido para que cortes tarifários menores sejam feitos em até 16% dos produtos, sem qualquer limitação do volume de importação. Argumentaram ainda que isto seria necessário para permiti-los responder adequadamente às suas diferentes sensibilidades, sem comprometer sua tarifa externa comum.

A Venezuela, por sua vez, pediu para ser dispensada da fórmula de redução tarifária e sugeriu limitar suas tarifas a um nível percentual médio a ser determinado futuramente. O país argumentou que sua economia, altamente dependente da volatilidade das receitas de exportação de petróleo, merece o tratamento especial atribuído aos países que representam 0,1% do comércio global de manufaturados.

A União Aduaneira da África Austral (SACU, sigla em inglês) também pediu flexibilidades adicionais e afirmou que como nenhum dos quatro países vizinhos à África do Sul, em geral, teria de aplicar a fórmula, a SACU

seria desproporcionalmente afetada por um corte tarifário à sua tarifa externa comum.

## **Reações diversas**

Os pedidos para flexibilidades, com exceção parcial do apelo da SACU, tiveram muitas oposições. Países industrializados como, Canadá, EUA, Japão, Noruega e UE, argumentaram que as exceções existentes eram suficientes. Um grupo de PEDs liderado pela Costa Rica e que inclui Cingapura, Colômbia, Equador, Hong Kong, México, Peru e Tailândia, também rejeitou os pedidos por maiores flexibilidades.

Por outro lado, a África do Sul, em nome do grupo NAMA-11, defendeu as propostas do Mercosul. O NAMA-11 inclui os Membros do Mercosul Argentina e Brasil e outros países, como Egito, Índia, Indonésia e Filipinas. A proposta da Venezuela obteve apoio somente da Bolívia e de Cuba.

Parte da razão pela qual a revisão do texto sobre NAMA é complicada é devida ao fato de que a natureza das negociações indica que somente o acesso a diversos números permitirá que os países enxerguem quais serão suas perdas e seus ganhos. As negociações agrícolas, por outro lado, apresentam diversas “partes em movimento”, que obscurecem a situação. Não há, por exemplo, restrições ao volume de importações sobre quantos produtos são determinados como sensíveis, ou seja, produtos qualificáveis para cortes tarifários menores em troca de novas quotas de importação. Até mesmo o tamanho dessas futuras quotas dependeria de uma série de considerações que ainda não foram finalizadas.

## **Discussões sobre agricultura continuam**

Enquanto isso, as negociações agrícolas continuam a discutir temas controversos. O presidente das negociações, Embaixador Crawford Falconer, indicou, em 12 de novembro, que vários PEDs, que fornecem subsídios às suas exportações agrícolas, poderiam continuar com tais medidas até 2016; os países ricos, por outro lado, deveriam eliminar seus altos subsídios distorcivos ao comércio até 2013.

## **Reunião do G-20 em Genebra**

Ministros e altos representantes dos países Membros do G-20 reuniram-se no dia 15 de novembro, em Genebra, para discutir o andamento das negociações e definir quais serão os próximos passos na Rodada Doha. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, indicou que os EUA e a UE devem apresentar novas propostas para a abertura dos

mercados de PEDs a produtos industriais, o que retiraria a agricultura do centro das discussões da Rodada. Segundo o chanceler brasileiro, manter a agricultura no centro das discussões "...é um imperativo político decorrente do compromisso assumido em Doha de colocar agricultura e o desenvolvimento no centro do sistema comercial multilateral". Os países ricos pretendem criar uma divisão entre os diferentes PEDs ao dar mais atenção às negociações de NAMA e a reunião em Genebra foi uma espécie de alerta político de que os PEDs não aceitaram tal proposta. Amorim ainda afirmou que "A mensagem da reunião foi a de que já sabemos que estão tentando uma manobra. Não vamos deixar isso ocorrer. Podem tentar dividir, mas a aliança entre os países emergentes está cada vez mais estratégica". Por fim, em nota publicada pelo grupo, o G-20 afirmou que o êxito da Rodada ainda é possível e que está pronto para resolver os problemas e avançar nas negociações.

No mesmo dia da reunião do G-20, ministros e oficiais de outros grupos de PEDs também reuniram-se em Genebra para rever a situação da Rodada e discutir possíveis maneiras de aumentar a coordenação entre PEDs com interesses comuns. 90 PEDs membros de diferentes grupos como o G-33, NAMA-11, África Caribe e Pacífico (ACP), Países de Menor Desenvolvimento Relativo (PMDRs), Grupo Africano e SVEs publicaram uma nota oficial conjunta ao final do encontro. O documento ressalta que uma maior clareza sobre a atual contribuição dos países desenvolvidos ajudará os PEDs a fazerem sua parte de acordo com suas capacidades e com seu mandato. Os 90 países também pediram a manutenção da união e da cooperação entre os diferentes grupos de PEDs.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *BRIDGES Weekly Trade News Digest*, Vol. 11, n. 39, 14 nov. 2007.

Fontes consultadas

O Estado de São Paulo. "Amorim denuncia complô de países ricos para dividir emergentes". 16 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2007/11/16/eco-1.93.4.20071116.16.1.xml>>. Acesso em: 16 nov. 2007.

O Estado de São Paulo. "Brasil e outras 90 nações cobram definição dos EUA". 16 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.estado.com.br/editorias/2007/11/16/eco-1.93.4.20071116.18.1.xml>>. Acesso em: 16 nov. 2007.

BBC Brasil. "G20 diz que sucesso da Rodada Doha ainda é possível". 15 nov. 2007. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/11/071115\\_g20genebradb.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/reporterbbc/story/2007/11/071115_g20genebradb.shtml)>. Acesso em: 16 nov. 2007.

---

### **Brasil e Peru discutem novas propostas para liberalização de bens ambientais**

A Sessão Especial do Comitê para Comércio e Meio Ambiente (CTE-SS, sigla em inglês) da OMC focou suas discussões da semana passada no aceleração do processo de liberalização de bens e serviços ambientais. Os Estados Unidos da América (EUA), a União Européia (UE) e outros Membros rejeitaram as recentes propostas brasileiras de classificar bicombustíveis como bens ambientais e, portanto, passíveis de cortes tarifários mais profundos.

Mais especificamente, as discussões de 1º de novembro focaram-se na proposta do Brasil (JOB (07/146)) e em um documento informal apresentado pelo Peru (JOB (07/161)), que sugere que os produtos orgânicos agrícolas também sejam classificados como bens ambientais. Brasil e Peru tentam assegurar que o escopo das negociações de bens ambientais não fique restrito a produtos industriais.

### **Brasil explica sua proposta de "pedidos e ofertas"**

O Brasil abriu as discussões sobre bens ambientais respondendo a perguntas sobre sua proposta. Nela, o país sugere que bens ambientais sejam identificados por meio de um processo de rodadas múltiplas de pedidos e ofertas.

Esta abordagem foi proposta para amenizar as persistentes divisões relativas ao alcance do mandato de Doha, que pede a redução ou a eliminação de barreiras comerciais para bens e serviços ambientais.

De acordo com o Brasil, o processo de "pedidos e ofertas" reflete o procedimento utilizado em negociações prévias do GATT/OMC, de acordo com o qual alguns Membros solicitavam procedimentos específicos de liberalização entre eles e posteriormente estendiam cortes tarifários mais apropriados igualmente a todos os demais Membros da OMC. Durante a reunião, o Brasil também chamou atenção para outra estratégia, chamada de "cesta de produtos", de acordo com a qual cada Membro poderia realizar cortes tarifários para determinados bens ambientais.

Diversos delegados de países em desenvolvimento (PEDs) mostraram-se mais favoráveis à metodologia de "pedidos e ofertas", ao passo que alguns Membros

afirmaram preferir uma combinação das duas estratégias durante as negociações.

Alguns países do grupo de “amigos dos bens e serviços ambientais”, especialmente a Nova Zelândia, acreditam que o processo de “pedidos e ofertas” demande muito tempo e seja demasiadamente complexo. Este grupo, formado majoritariamente por países desenvolvidos, é favorável a uma abordagem de listas.

### **Proposta de inclusão dos bicombustíveis gera controvérsias**

EUA, UE e Coréia do Sul foram contrários à proposta brasileira de incluir o etanol e outros bicombustíveis no pacote de bens ambientais. A principal alegação destes países é que a previsão de uma rápida liberalização deve ocorrer unicamente para bens industriais, e não para bens agrícolas.

O Brasil argumenta que o mandato negociador (parágrafo 31 (iii) da Declaração de Doha) não exclui a consideração de produtos agrícolas. O país também notou que a UE havia incluído os produtos agrícolas em sua lista original de bens ambientais (TN/TE/W/47) e que os EUA e a UE descreveram o etanol como um bem ambiental em relatórios da Convenção-Quadro das Nações Unidas Sobre Mudanças Climáticas.

A *Associated Press* relata que a posição dos EUA de que os bicombustíveis são bens agrícolas é inconsistente com sua posição na atual disputa com o Brasil sobre subsídios agrícolas na OMC, na qual oficiais de Washington descreveram os pagamentos à produção de etanol como subsídios industriais (e não pagamentos agrícolas, conforme defendido por Brasília).

Cuba também criticou a classificação dos bicombustíveis como bens ambientais, fundada em considerações ambientais e disponibilidade de alimentos. A delegação brasileira afirmou que o aumento da produção de cana de açúcar no Brasil para a fabricação de etanol não afeta a disponibilidade de alimentos no país.

### **Peru pede tratamento preferencial para produtos orgânicos**

Além apoiar o documento brasileiro ao que tange à estratégia de “pedidos e ofertas”, a proposta peruana também pediu uma rápida liberalização dos produtos agrícolas orgânicos. O Peru afirmou que sua iniciativa poderia encorajar produtores agrícolas em PEDs. Para o Peru, em diversas nações pobres “a agricultura

orgânica identifica-se com antigas formas de produção, típicas de comunidades indígenas ou nativas.” O país também sugeriu que um maior acesso a mercado de culturas orgânicas na região andina poderia ajudar no combate à pobreza e reduzir a produção de narcóticos.

Apesar da proposta brasileira não ter chegado a abordar especificamente o tratamento de produtos agrícolas orgânicos como bens ambientais, o documento cogitou solicitar à CTE que peça à Comissão de *Codex Alimentarius* – que estabelece os padrões globais de alimentação em nome da Organização das Nações Unidas – para desenvolver padrões para alimentos orgânicos.

### **Peru propõe que o desenvolvimento sustentável seja um critério**

A abrangente proposta do Peru ressaltou o “desenvolvimento sustentável” e a “proteção ambiental” como critérios essenciais não somente quando os Membros concordam com os termos para a liberalização comercial de bens e serviços ambientais, mas também para as discussões sobre subsídios à pesca e cortes tarifários de produtos agrícolas tropicais.

De acordo com o Peru, as comunidades indígenas que vivem em ecossistemas de florestas tropicais que combatem o aquecimento global necessitam de apoio especial para desenvolver formas de agricultura compatíveis com tais ecossistemas. O Peru também sugeriu que estas comunidades sejam os primeiros a receber apoio da OMC.

O país ainda solicitou uma emenda ao Acordo sobre Aspectos de Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) que permita que os requerentes de patentes revelem a origem dos recursos genéticos ou conhecimento tradicional utilizados em suas invenções, juntamente com as provas de compartilhamento de benefícios. O Peru afirmou que este é um procedimento necessário para o cumprimento das obrigações patentárias advindas da Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB).

No que diz respeito à negociação dos compromissos específicos de liberalização para bens ambientais individuais, O Brasil afirmou que se os Membros concordarem com uma ampla estratégia até dezembro – juntamente com resultados aceitáveis para as negociações da Rodada Doha – as discussões sobre a cobertura de produtos poderiam começar logo em seguida.

O presidente das negociações de bens ambientais na OMC, o Embaixador chileno Mario Matus, deve solicitar novas discussões informais, em uma tentativa de reduzir as diferenças antes da próxima sessão formal em dezembro.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Weekly Trade News Digest*, Vol. 11 No. 38, 7 nov. 2007

## NOTÍCIAS REGIONAIS

### Secretário Geral da ONU visita Argentina, Chile e Brasil

No dia 7 de novembro, o Secretário-Geral da ONU, Ban Ki-moon, deu início a uma série de visitas a países da América do Sul, parte da agenda oficial de sua gestão, pautada fundamentalmente na temática das mudanças climáticas e do meio-ambiente.

O primeiro país visitado foi a Argentina, onde Ban Ki-moon só permaneceu um dia. No dia 8, seguiu para o Chile, onde participou da XVII Cúpula Ibero-americana, cujo tema foi "Coesão Social e Políticas Sociais para Sociedades Mais Inclusivas na Ibero-américa" (ver *Pontes Quinzenal*, v. 2, n. 15, 5 nov. 2007). No dia 11, rumou para o Brasil, onde realizou visitas que tinham o meio-ambiente como preocupação central.

#### Malvinas e missões de paz

Dentre as principais atividades de Ban Ki-moon em sua primeira visita como titular da ONU à Argentina, destaca-se a reunião que ele empreendeu no Congresso Nacional, onde encontrou-se com os presidentes do Senado, Daniel Scioli, e da Câmara de Deputados, Alberto Balestrini. Durante essa reunião, o Secretário-Geral da ONU destacou o envolvimento da Argentina no envio de tropas de manutenção de paz a Kosovo, Chipre e Haiti e solicitou a continuidade do apoio argentino nesse sentido. Além disso, em pronunciamento extra-oficial, pediu ao governo argentino que contribuísse financeiramente e materialmente para o Fundo Central de Respostas a Emergências da ONU (CERF, sigla em inglês).

No final do dia, Ban Ki-moon reuniu-se, na Casa Rosada, com o Presidente Nestor Kirchner e com a recém-eleita Presidenta, Cristina Fernández Kirchner. De um lado, Ban Ki-moon reforçou a importância da participação da Argentina nas missões da ONU de manutenção de paz acima citadas. De outro, os oficiais

argentinos insistiram em discutir a questão das Malvinas. Mais precisamente, pediu-se que a ONU concretize a gestão de bons ofícios, de modo a incentivar a Inglaterra a retomar negociações com a Argentina sobre a soberania das Ilhas Malvinas. Segundo o chanceler Taiana, a questão das Malvinas é tema permanente da agenda da Assembléia Geral da ONU, um claro indicador de que a disputa de soberania ainda não foi resolvida.

O tema também foi traduzido à tona no âmbito da Cúpula Ibero-americana e culminou em uma declaração de apoio dos Ministros das Relações Exteriores presentes ao reclamo argentino de soberania sobre as Ilhas.

#### Coesão social regional

Ban Ki-moon chegou no Chile em 8 de novembro para participar da cerimônia de abertura da XVII Cúpula Ibero-americana e de uma mesa-redonda com lideranças políticas sobre parceria global e desenvolvimento. No jantar de abertura do evento, o titular da ONU fez questão de frisar a relação íntima do tema da Cúpula - coesão social - com a prioridade de sua agenda como Secretário-Geral: as mudanças climáticas. "Quando as sociedades reconhecerem conjuntamente que este [a ameaça das mudanças climáticas] é um desafio que não pode ser assumido por um único setor, é aí que veremos um progresso real".

A Cúpula foi encerrada em 10 de novembro, com a aprovação, por parte dos 22 chefes de Estado presentes, da "Declaração de Santiago", documento que destaca a importância de: assegurar um crescimento econômico durável, adotar políticas para gerar postos de trabalho decentes e de qualidade, impulsionar uma maior coordenação das políticas sociais, melhorar os sistemas de proteção social e enfrentar as assimetrias e ingerências nas relações econômicas e comerciais. Também foi aprovado um Plano de Ação, que apresenta 53 medidas destinadas ao fortalecimento da coesão social em diversas áreas. Para citar alguns pontos, na área de educação foi aprovada a criação do Plano Ibero-americano de Alfabetização e Educação Básica de Jovens e Adultos (PIA); no âmbito da cultura, foram aprovadas a Cooperação Ibero-americana Ibero-museus (a designação de 2008 como o ano Ibero-americano dos museus) e a criação da Orquestra Infanto-Juvenil da Ibero-américa.

O Secretário-Geral Ibero-americano, Enrique V. Iglesias, e a anfitriã, Michelle Bachelet, destacaram como logros concretos da Cúpula o Convênio Ibero-americano de Segurança Social, o Fundo da Água e o

Programa de Bolsas de Estudos Pablo Neruda, destinado a estudantes de Mestrado e Doutorado.

### **Brasil: meio-ambiente é pano-de-fundo de visita**

Após visitar a região da Antártida mais próxima ao Chile, com o intuito de observar atentamente os efeitos nocivos já notórios das mudanças climáticas, o Secretário-Geral seguiu, em 11 de novembro, para o Brasil. Com a visita, Ban Ki-moon pretendia conseguir apoio do Brasil à Conferência sobre Mudança Climática, que ocorrerá em dezembro deste ano, em Bali, e cujo intuito é estabelecer as bases para um acordo internacional de combate ao efeito estufa. Por outro lado, as lideranças políticas do Brasil esperavam, com a visita de Ban Ki-moon, mostrar os avanços no combate ao desflorestamento na região amazônica, assim como as medidas políticas empreendidas pelo governo brasileiro favoráveis ao meio-ambiente.

No primeiro dia, o Secretário-Geral visitou a Usina Santa Adélia, produtora de etanol, em Jaboticabal. Nesta ocasião, ele reconheceu que o uso do etanol constitui uma das muitas tecnologias verdes que buscam reverter os efeitos da mudança climática, mas defendeu que "corresponde a cada governo exercer a responsabilidade de equilibrar os benefícios e efeitos adversos que estes [bicombustíveis] podem causar à sociedade".

No dia 12 de novembro, Ban Ki-moon participou de uma série de reuniões de trabalho com o Ministério das Relações Exteriores, além de um almoço oferecido pelo Presidente Lula, ocasião na qual foram discutidos com maior atenção temas como a reforma da ONU e a Conferência sobre Mudança Climática. Além de reforçar o interesse brasileiro em integrar o corpo permanente do Conselho de Segurança da ONU, o Presidente Lula sugeriu a criação de um grupo informal de países emergentes que se articularia como um Conselho de Segurança paralelo. De acordo com Celso Amorim, "para ter avanços, é preciso ter idéias novas, e interlocutores novos podem trazer essas idéias novas". Ban Ki-moon tomou nota da sugestão brasileira e pediu auxílio logístico para a futura intervenção da organização em Darfur. Lula afirmou que a participação do Brasil está vinculada ao aval do Congresso.

Em seu último dia no país, o Secretário-Geral reuniu-se com a Ministra do Meio-Ambiente, Marina Silva, em Belém do Pará, e depois seguiu para uma visita à Ilha de Combu, local que abriga mil famílias que vivem do extrativismo sustentável. Como resultado destes encontros, destacam-se três propostas feitas a Ban Ki-moon: a criação de um regime internacional de acesso que assegure o pagamento às comunidades tradicionais pelo uso dos componentes da biodiversidade; incentivos aos países que combatem o

desmatamento e evitam emissões de CO<sub>2</sub>; e apoio à agenda de governança ambiental para a criação de mecanismos de transferência de tecnologias e recursos.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

Agência de Notícias da ONU no Brasil. "No PA, Ban visita comunidades extrativistas". Disponível em: <[http://www.onu-brasil.org.br/view\\_news.php?id=6150](http://www.onu-brasil.org.br/view_news.php?id=6150)>. Acesso em: 14 nov. 2007.

XVII Cumbre Iberoamericana - Chile 2007. "Todos los Presidentes han firmado la Declaración de Santiago, el plan de acción y además se han comprometido a llevarlo adelante". Disponível em: <[http://www.iberchile.cl/prontus\\_iberchile/site/artic/20071110/pags/20071110221647.html](http://www.iberchile.cl/prontus_iberchile/site/artic/20071110/pags/20071110221647.html)>. Acesso em: 14 nov. 2007.

Folha de São Paulo. "Lula propõe criar 'Conselho de Segurança paralelo' na ONU". Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u345167.shtml>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

La Nación. "Piden a la ONU una gestión por Malvinas". Disponível em: <[http://www.lanacion.com.ar/politica/nota.asp?nota\\_id=960297](http://www.lanacion.com.ar/politica/nota.asp?nota_id=960297)>. Acesso em: 9 nov. 2007.

Ministério de Relaciones Exteriores de Argentina. "Malvinas: apoyo de los países iberoamericanos al reclamo argentino". Disponível em: <<http://www.mrecic.gov.ar>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

Ministério do Meio-Ambiente. "Marina Silva e secretário-geral da ONU prometem defesa conjunta pela Amazônia". Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/ascom/ultimas/index.cfm?id=3748>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

Presidência Argentina. "Palabras del Presidente Néstor Kirchner en la Cumbre Iberoamericana de Santiago de Chile". Disponível em: <<http://www.presidencia.gov.ar>>. Acesso em: 9 nov. 2007.

Secretaria Geral da ONU. "Activities of Secretary-General in Argentina, 7-8 November" (SD/T/2571). Disponível em: <<http://www.un.org/News/Press/docs/2007/sgt2571.doc.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

Secretaria Geral da ONU. "Antarctica shows need for action on climate change, Ban Ki-moon says". Disponível em:

<<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=24613&Cr=climate%20&Cr1=change>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

Secretaria Geral da ONU. "Governments must take the lead on use of biofuels, says Secretary-General". Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=24623&Cr=climate%20&Cr1=change>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

Secretaria Geral Ibero-americana. "Concluye en Santiago de Chile la XVII Cumbre Iberoamericana". Disponível em: <<http://www.ciberamerica.org/Ciberamerica/Portugues/inicio.htm>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

Secretaria Geral Ibero-americana. "Declaración de Santiago". Disponível em: <[http://www.ciberamerica.org/NR/rdonlyres/edwpq5xgjk\\_uuhhg2hgjbyahprcw3o4wjeaxigci3fq3g7ipmpwk3ayx2nwh6stqht65c7f3t5clc/textodeclaracionsantiago1.pdf](http://www.ciberamerica.org/NR/rdonlyres/edwpq5xgjk_uuhhg2hgjbyahprcw3o4wjeaxigci3fq3g7ipmpwk3ayx2nwh6stqht65c7f3t5clc/textodeclaracionsantiago1.pdf)>. Acesso em: 14 nov. 2007.

Secretaria Geral Ibero-americana. "Programa de Acción". Disponível em: <<http://www.ciberamerica.org/NR/rdonlyres/eukwtpjfyw7z73pzualpcmnricerwglrbohberg15y3bc5xbzhfjag4xpeviseshz6eesosbx7sh/programaacciondecsantiago1.pdf>>. Acesso em: 14 nov. 2007.

## **INPI realiza estudo comparativo sobre patentes biotecnológicas**

O Grupo de Trabalho Especial em Biotecnologia (GTEB) do Instituto Nacional da Propriedade Intelectual (INPI) elaborou recentemente um "Estudo comparativo dos critérios de patenteabilidade para invenções biotecnológicas em diferentes países". O trabalho analisa as legislações do Brasil e de demais países que têm se destacado na proteção dos resultados de pesquisa e desenvolvimento (P&D) em biotecnologia: Austrália, Estados Unidos da América (EUA), Japão, China, Índia e União Européia (UE).

O objetivo do estudo foi mapear as diferenças entre os países nos processos internos de concessão de patentes para produtos e processos biotecnológicos. Esta comparação deverá servir de subsídio para estudos posteriores de aperfeiçoamento dos critérios adotados no Brasil.

### **Legislação brasileira: interesse social é prioridade**

O debate internacional sobre questões relacionadas à biotecnologia tem crescido exponencialmente nos

últimos anos. De modo geral, os países têm sido chamados a buscar uma maior aproximação de suas políticas, que devem adequar-se às regras internacionais. O estudo realizado pelo INPI deve abrir o debate sobre possíveis alterações na legislação brasileira vigente, já que o país ainda não chegou a uma conclusão sobre o melhor modelo de proteção nacional.

O levantamento das informações demonstra que o Brasil possui uma das legislações mais restritivas no campo da biotecnologia. Embora essas restrições visem a proteger o meio ambiente e a indústria nacional, alguns setores da economia – como a indústria farmacêutica – argumentam que a lei dificulta P&D tecnológicos no país. De acordo com o estudo, dentre os países avaliados, somente Brasil e Índia não concedem patentes a materiais e microorganismos isolados na natureza, bem como a células humanas e animais.

Os critérios determinados na Lei da Propriedade Intelectual brasileira – Lei 9.279 de 1996 – baseiam-se no artigo 27 do Acordo sobre Aspectos dos Direitos de Propriedade Intelectual Relacionados ao Comércio (TRIPS, sigla em inglês) da OMC. O TRIPS permite que os países não concedam patentes a plantas e animais, exceto no caso de microorganismos transgênicos. De acordo com as regras do TRIPS, o Brasil cumpre o critério mínimo de patenteabilidade exigido no plano internacional.

### **Índia: preocupação com a concorrência desleal**

O mesmo pode ser verificado na legislação indiana. Apesar de a Índia também estar comprometida com a implementação das regras definidas no Acordo TRIPS, estudos nacionais avaliam que uma legislação mais ampla, que concedesse maior proteção aos direitos de propriedade intelectual, não contribuiria imediatamente para o aumento da inovação e das pesquisas sobre biotecnologia. Isso porque as empresas indianas não teriam condições de competir com os recursos financeiros que estão à disposição das concorrentes nos países desenvolvidos (PDs).

Os estudos analisados pelo INPI ressaltam a existência de diversos fatores que dificultam ou impedem o desenvolvimento da inovação do setor, independentemente do grau de proteção conferido aos direitos de propriedade intelectual pela legislação nacional: (i) escassez de recursos internos para a aplicação em pesquisa e desenvolvimento; (ii) desvantagem na competição com as concorrentes ocidentais na atração de capital de risco; (iii) necessidade de um bom ambiente de negócios; (iv) necessidade de fácil acesso à infra-estrutura necessária; e (v) necessidade de acesso a informações

corretas e completas sobre parceiros potenciais, fornecedores ou possibilidades de mercado, entre outros.

### **Países desenvolvidos: sem obstáculos à exploração econômica**

Seguido pelo Japão e a Austrália, os EUA é o país que mais oferece possibilidades de concessão de patentes biotecnológicas e o único que considera patenteável uma descoberta. Os demais países exigem o cumprimento do requisito de invenção para que uma patente seja concedida. A legislação estadunidense permite a patenteabilidade de plantas desde 1930 e a de animais desde a década de 80.

A Austrália adaptou-se rapidamente às normas do TRIPS e possui uma legislação de propriedade intelectual na área de biotecnologia bastante forte. O trabalho do INPI remete a um estudo australiano sobre o tema, que afirma que o país é economicamente forte na área de biotecnologia e, portanto, beneficia-se de uma legislação que protege os direitos de propriedade intelectual de forma mais ampla. No entanto, diante das diferenças nas legislações dos demais países e a possível falta de proteção às suas invenções fora do âmbito nacional, o país não deve desenvolver muito mais sua legislação nessa área. Existe, porém, incentivo à maior atuação do país no âmbito internacional.

Entre os países desenvolvidos analisados pelo INPI, a legislação européia é a mais restritiva quanto à proteção dos direitos de propriedade intelectual na área da biotecnologia, apesar de a Comissão Européia já haver sinalizado seu interesse em fortalecer a legislação comunitária cada vez mais, além de apoiar a harmonização das legislações nacionais dos países no plano internacional. É importante destacar, ainda, que os países membros da UE possuem legislações autônomas de propriedade intelectual e que alguns destes países determinam restrições além daquelas referentes ao bloco como um todo.

### **Resultados e orientações**

O estudo conclui, primeiramente, que, apesar do crescente avanço das pesquisas na área de biotecnologia, as diferenças entre as legislações nacionais dos países são bastante grandes. Além disso, ressalta as diferenças evidentes entre os estágios de P&D na área de biotecnologia em cada país, o que dificulta uma ação harmonizada internacional.

Por fim, indica que, para os países em desenvolvimento, o melhor caminho é avaliar cuidadosamente os impactos da adoção de um sistema

mais forte de proteção neste segmento. Reconhece-se a propriedade intelectual como um instrumento que fomenta um ambiente de negócios seguro e que atrai o “capital de risco”, considerado fundamental para o desenvolvimento da biotecnologia. No entanto, estes países devem adaptar suas legislações nacionais de modo a alcançar os maiores benefícios para o seu desenvolvimento econômico e social. Por este motivo, qualquer política de alteração das normas internas de propriedade intelectual sobre biotecnologia deverá avaliar atentamente as possibilidades de maiores investimentos em P&D, bem como os impactos negativos, no plano social e até mesmo econômico, de uma proteção mais forte aos direitos de propriedade intelectual de invenções biotecnológicas.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

INPI. Estudo comparativo dos critérios de patenteabilidade das invenções biotecnológicas em diferentes países. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-esquerdo/informacao/Estudo%20Comparativo%20dos%20Critériosde%20Petenteabilidadepara%20Invenções%20Biotecnológicas%20em%20Diferentes%20Países.pdf/view>>. Acesso em: 07 nov. 2007.

INPI. “Estudo analisa as diferenças nas legislações nacionais de Propriedade Intelectual na biotecnologia”. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-superior/imprensa/estudos/estudo-analisa-as-diferencas-nas-legislacoes-nacionais-de-propriedade-intelectual-na-biotecnologia>>. Acesso em: 07 nov. 2007.

Valor Econômico. “Patentes para biotecnologia são restritas”. 05 nov. 2007. Disponível em: <<http://www.inpi.gov.br/menu-superior/imprensa/clipping/novembro-2007/05-11-2007#2>>. Acesso em: 07 nov. 2007.

---

## **BREVES INFORMES MULTILATERAIS**

---

### **UNCTAD lança segunda edição de Índice de Comércio e Desenvolvimento**

O Secretariado da Conferência das Nações Unidas para o Comércio e o Desenvolvimento (UNCTAD) publicou, em 1º de outubro, a segunda edição da publicação "Developing Countries in International Trade

2007 - Trade and Development Index". O documento analisa a relação entre comércio global e desenvolvimento.

Na análise de cada um dos 123 países selecionados para o estudo referente ao ano de 2006, o Índice de Comércio e Desenvolvimento (TDI, sigla em inglês) integra variáveis independentes, todas relacionadas a contextos estruturais e institucionais (capital humano, infra-estrutura física, intermediação financeira, finanças domésticas e internacionais, qualidade institucional, estrutura econômica, estabilidade macroeconômica e sustentabilidade ambiental), bem como a políticas e processos comerciais (abertura comercial e acesso a mercados). Constituem variáveis dependentes do TDI o desempenho comercial e o nível de bem-estar econômico e social apresentado pelos países a partir das dimensões selecionadas.

O TDI permite a análise comparativa de diferentes realidades: a partir dele, é possível identificar os principais problemas estruturais, institucionais e financeiros relacionados ao bem-estar sócio-econômico de uma nação. O estudo também possibilita a análise por regiões.

### **Comparação com o TDI anterior**

De acordo com Supachai Panitchpakdi, Secretário-Geral da UNCTAD, "muitos países de menor desenvolvimento relativo (PMDRs) não conseguiram reduzir significativamente a pobreza e alguns deles vivenciaram um crescimento negativo, a despeito de extensa liberalização comercial". O estudo da Organização propõe-se, assim, a auxiliar lideranças políticas a identificar com maior clareza as melhores formas de tirar proveito do comércio mundial.

O ranking global do TDI permite concluir que houve algum avanço por parte dos países em desenvolvimento (PEDs) em relação a 2005, mas os PMDRs não obtiveram melhoras significativas em comparação ao TDI anterior. Nove das dez últimas posições no ranking, por exemplo, são de países da África Sub-sahariana (Etiópia, Camarões, Guiné, Angola, República Democrática do Congo, Níger, Nigéria, Guiné Bissau e Sudão).

Dentre as economias emergentes, destacam-se: Brasil (que subiu da 60ª para a 54ª posição), México e África do Sul (ambos subiram da 50ª para a 47ª posição), China (que subiu de 27ª para a 25ª) e, finalmente, a Rússia, que caiu oito posições em relação ao ano anterior (50ª para 58ª).

Os cinco primeiros países no ranking do TDI/2007 foram Estados Unidos da América, Alemanha, Dinamarca, Reino Unido e Cingapura. Cabe destacar

que este último, único PED dentre os cinco elencados, estava na 7ª colocação no TDI/2006 e passou a ocupar o lugar do Japão, que caiu para a 6ª posição.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

UNCTAD. "Developing Countries in International Trade 2007 - Trade and Development Index". Disponível em: <<http://www.unctad.org/Templates/webflyer.asp?docid=9201&intlItemID=2068&lang=1>>. Acesso em: 9 nov. 2007.

## **BREVES INFOPRMS REGIONAIS**

### **Bolívia retira-se do centro Internacional para Resolução de Disputas de Investimentos**

No dia 3 de novembro, a Bolívia retirou-se formalmente do Centro Internacional para Resolução de Disputas de Investimentos (ICSID, sigla em inglês), órgão do Banco Mundial mediador de controvérsias entre investidores e governos. A saída formal da Bolívia ocorreu 6 meses após o envio de notificação ao órgão, ocorrido em 2 de maio de 2007. O governo boliviano alega que as decisões do ICSID são distorcidas e não respeitam as regras soberanas dos países, o que favorece as empresas multinacionais em detrimento dos governos nacionais.

O ICSID foi criado em 1966 com o objetivo de facilitar a resolução de disputas sobre investimentos entre governos e investidores estrangeiros e, portanto, promover o aumento dos fluxos de investimento internacional. Apesar de ser uma organização internacional autônoma, o ICSID está formalmente vinculado ao Banco Mundial. Todos os Membros do ICSID são Membros do Banco Mundial e as despesas do secretariado do Centro são cobertas por esta Organização. Atualmente, o ICSID conta com 143 Membros.

São três as atividades principais do ICSID. A primeira é mediar disputas entre países Membros e investidores originários de outros países Membros (a iniciativa de recorrer a procedimentos de arbitragem ou conciliação é voluntária). A segunda é administrar determinados procedimentos, como a arbitragem, entre Estados e indivíduos originários de nações que não sejam parte da convenção do ICSID. Finalmente, o secretariado do órgão atua como autoridade *ad hoc* em procedimentos de arbitragem.

A Bolívia foi o primeiro país a formalmente retirar-se do ICSID. Segundo o artigo 71 da Convenção fundadora do Centro, todo Membro tem o direito de deixar o órgão 6 meses após notificação ao Banco Mundial. A decisão boliviana ocorreu em um momento no qual o país passa por um processo de nacionalização de setores importantes de sua economia. Investidores internacionais passarão, portanto, a ter mais dificuldade de litigar com o governo boliviano.

Atualmente, a Bolívia está envolvida em dois casos de arbitragem pendentes no ICSID. O primeiro, notificado em fevereiro de 2006, envolve a empresa *Quimica e Industrial del Borax Ltda* e o governo boliviano (caso no. ARB/06/2). O segundo, submetido em 31 de outubro passado, refere-se à disputa entre a empresa italiana de telecomunicações Telecom Itália e a Bolívia (caso no. ARB/07/28).

De acordo com o artigo 72 da convenção fundadora do ICSID, a partir do momento em que o Centro é notificado da decisão de retirada de um de seus membros, todos os pedidos de arbitragem envolvendo esse membro e submetidos após a data de notificação não têm validade. Desta forma, os casos de arbitragem apresentados ao ICSID antes de 2 de maio de 2007 continuarão até sua conclusão. Resta saber qual será o resultado da arbitragem da Telecom Itália, notificada após tal data. Até o momento, o ICSID aceitou a notificação, entretanto, a Bolívia rechaça-a com base no artigo 72.

Apesar de a Bolívia optar por retirar-se do ICSID, o governo afirma que pretende renegociar muitos de seus tratados bilaterais de investimentos. Ademais, o governo boliviano assegura que sua retirada do ICSID não deverá afastar novos investimentos estrangeiros do país, pois esse buscará conceder garantias jurídicas aos investidores por meio de tribunais internacionais e locais.

Reportagem Equipe Pontes

Fontes consultadas:

International Centre for the Settlement of Investment Disputes (ICSID). Disponível em: <<http://www.worldbank.org/icsid/about/about.htm>>. Acesso em: 9 nov. 2007.

O Globo. Bolívia deixa órgão arbitral do Banco Mundial. 6 nov. 2007. Disponível em: <<http://oglobo.globo.com/economia/mat/2007/11/06/327059289.asp>>. Acesso em: 9 nov. 2007.

International Institute for Sustainable Development, Investment Treaty News. 9 mai. 2007. Disponível em:

<<http://www.iisd.org/investment/itn/>>. Acesso em: 9 nov. 2007.

---

## **França ainda suspeita de Organismos Geneticamente Modificados**

O Presidente da França, Nicolas Sarkozy, declarou que não permitirá o cultivo de organismos geneticamente modificados (OGMs) na França até que estes sejam avaliados por um novo órgão de fiscalização, que deve entrar em funcionamento ainda este ano.

Em discurso proferido durante a conferência nacional sobre o meio ambiente, ocorrida em 25 de outubro, Sarkozy afirmou que a França não deseja violar as normas da União Européia (UE), mas que, por precaução, o cultivo comercial de OGMs deveria ser suspenso. Ele acrescentou, ainda, que isso não significa o total banimento dos OGMs.

A Comissária de Agricultura da UE, Mariann Fischer Boel, afirmou que a proibição integral do cultivo de OGMs confronta claramente as regras de comércio e que a França perderia na justiça caso a proibição venha a ser implementada.

A variedade de milho MON 810, produzida pela empresa de biotecnologia estadunidense Monsanto, é a única geneticamente modificada cujo cultivo é permitido nos Estados Unidos da América (EUA). Esta variedade é capaz de resistir à peste do milho europeu, uma praga que ataca o caule da planta e que se desenvolve em climas mais quentes, notadamente no sul da Europa. Na França, país particularmente cético quanto a OGMs, apenas 1,5% das terras de cultivo de milho foi semeado com milho transgênico este ano, mas alguns agricultores apóiam o uso de OGMs para aumentar a produtividade de suas colheitas.

Diversos países da UE proibiram o uso de milho geneticamente modificado. A Hungria, um dos maiores produtores de grãos da UE, proibiu o cultivo da semente MON 810 em janeiro de 2005. Este ano, a Alemanha decidiu que o milho MON 819 somente poderia ser vendido com um plano de acompanhamento e monitoramento para cálculo dos impactos ambientais. A Áustria sofre pressões para retirar as proibições regionais sobre OGMs.

A Monsanto declarou que a manifestação de Sarkozy era incompreensível e que a tecnologia de OGMs contribui para a consecução de objetivos ambientais, tais como a redução do uso de pesticidas e a economia de água.

Em 24 de outubro, a Comissão Européia autorizou o cultivo de três variedades de milho geneticamente

modificado e de uma beterraba açucareira transgênica. Até então, seus Estados membros não haviam conseguido alcançar um acordo sobre a aprovação desses produtos.

Tradução e adaptação de artigo originalmente publicado em *Bridges Trade BioRes*, v. 7, n. 18, 02 nov. 2007.

---

## EVENTOS

---

### Fóruns Multilaterais

#### OMC

Local: Genebra, Suíça.

Informações:

<[http://www.wto.org/meets\\_public/meets\\_e.pdf](http://www.wto.org/meets_public/meets_e.pdf)>.

20 e 21 de novembro

Reunião do Conselho Geral sobre Ajuda ao Comércio

21 de novembro

Reunião do Comitê sobre Agricultura

Reunião do Conselho Geral

22 de novembro

Reunião do Comitê de Orçamento, Finanças e Administração

9ª Rodada de Consultas sobre os Aspectos de Assistência ao Desenvolvimento do Algodão

23 de novembro

Reunião do Conselho para o Comércio de Bens

26 a 28 de novembro

Reunião do Órgão de Revisão de Políticas Comerciais – Tailândia

28 de novembro

Reunião do Comitê de Orçamento, Finanças e Administração

29 e 30 de novembro

Reunião do Comitê sobre Acordos Regionais de Comércio

30 de novembro

Reunião do Comitê sobre Comércio e Meio Ambiente

#### ONU

03 a 14 de dezembro

Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças

Climáticas

Local: Bali, Indonésia.

Informações:

<[http://unfccc.int/meetings/cop\\_13/items/4049.php](http://unfccc.int/meetings/cop_13/items/4049.php)>.

#### UNCTAD

Informações:

<<http://www.unctad.org/Templates/Calendar.asp?frmCategory=0&frmKeyword=&frmMonth=11&frmYear=2007&frmNoOfMonth=1&Action=Do+search&intItemID=2068&lang=1&year=2007&month=10&day=1>>.

21 a 30 de novembro

Curso avançado de treinamento regional sobre administração de disputas relacionadas a investimentos para países da América Latina.

Local: Montevideu, Uruguai.

21 de novembro

*Workshop* sobre negociação de direitos de propriedade intelectual relacionados à indústria farmacêutica

Local: Genebra, Suíça.

23 de novembro

Curso de treinamento sobre as principais questões da agenda econômica internacional

Local: Genebra, Suíça.

26 a 30 de novembro

Processo preparatório para a UNCTAD XII

Local: Genebra, Suíça.

26 a 29 de novembro

*Workshop* sobre acordos de comércio bilaterais, regionais e multilaterais: análise e promoção da dimensão do desenvolvimento

Local: Dacca, Bangladesh.

26 a 29 de novembro

Painel da Comissão de Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento 2007-2008

Local: Kuala Lumpur, Malásia.

### Fóruns Regionais

#### Mercosul

Informações:

<<http://www.mrree.gub.uy/mercosur/CalendarioReuniones/PPTUCalendarioReuniones.asp>>.

21 de novembro

2ª Reunião do Grupo Especial sobre Biocombustíveis

Local: Montevideu, Uruguai.

22 a 25 de novembro  
8ª Reunião Especializada em Agricultura Familiar  
Local: Montevidéu, Uruguai.

22 e 23 de novembro  
Reunião do Comitê Técnico nº 3 sobre Normas e  
Disciplinas Comerciais  
Local: Montevidéu, Uruguai.

23 de novembro  
Reunião de Ministros de Meio Ambiente do Mercosul  
Local: Montevidéu, Uruguai.

26 de novembro  
Reunião do Grupo de Alto Nível para a Elaboração de  
um Plano Estratégico para a Superação das  
Assimetrias  
Local: Montevidéu, Uruguai.

26 a 28 de novembro  
Reunião do SubGrupo de Trabalho nº 2 sobre  
Aspectos Institucionais  
Sessão Ordinária do Parlamento do Mercosul  
Local: Montevidéu, Uruguai.

27 de novembro  
Reunião Informal dos Coordenadores do Grupo  
Mercado Comum  
Local: Montevidéu, Uruguai.

29 e 30 de novembro  
Reunião Técnica de Incorporação da Normativa  
Mercosul  
Local: Montevidéu, Uruguai.

03 e 04 de dezembro  
50ª Reunião do Fórum de Consulta e Concertação  
Política  
Local: Montevidéu, Uruguai.

03 a 07 de dezembro  
12ª Reunião do Grupo *Ad Hoc* do Código Aduaneiro  
Local: Montevidéu, Uruguai.

## CEPAL

Informações:  
<<http://www.eclac.org/noticias/calendarioactividades/>>.

26 de novembro  
Reunião de Coordenação Regional para América  
Latina e Caribe  
Local: Santiago, Chile.

28 de novembro

Seminário Internacional França – América Latina  
Fórum de implementação regional da América Latina e  
o Caribe, preparatório para a 16ª sessão da Comissão  
sobre Desenvolvimento Sustentável  
Local: Santiago, Chile.

29 de novembro  
7ª Reunião do Comitê Executivo da Conferência  
Estatística das Américas da CEPAL  
Local: Bogotá, Colômbia.

## OCDE

Informações:  
<[http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en\\_2649\\_201185\\_32618737\\_1\\_1\\_1\\_1,00.html](http://www.oecd.org/document/49/0,3343,en_2649_201185_32618737_1_1_1_1,00.html)>.

21 de novembro  
Reunião para apresentação dos resultados do relatório  
“*World Energy Outlook*”  
Local: Haia, Holanda.

22 e 23 de novembro  
*Workshop* sobre os novos desenvolvimentos do  
comércio internacional de serviços  
Local: Paris, França.

26 de novembro  
*Workshop* sobre incentivos para pesquisa e  
desenvolvimento em doenças infecciosas

29 e 30 de novembro  
Conferência sobre inovação no setor de *softwares*  
Local: Bruxelas, Bélgica.

## INFORMAÇÕES ÚTEIS

### OIT lança estudo sobre adaptação de sindicatos à globalização

A Organização Internacional do Trabalho (OIT) lançou, em 13 de novembro, estudo intitulado "Respostas dos sindicatos à globalização: exame realizado pela Rede Mundial de Pesquisa". Trata-se de uma coleção de artigos que analisam o papel dos sindicatos no planejamento e na aplicação de políticas destinadas a uma globalização mais justa. O estudo também discorre sobre a adaptação dos sindicatos às complexidades da globalização e sobre o desenvolvimento de alianças que visam à promoção e adoção de normas trabalhistas internacionais. O estudo encontra-se disponível na íntegra em: <[http://www.oit.org.br/\\_proc/downloadfile.php?fileId=301](http://www.oit.org.br/_proc/downloadfile.php?fileId=301)>.

## **Estudo da OCDE aponta para necessidade de políticas mais justas na América Latina**

O "Latin American Economic Outlook", estudo publicado pela Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), demonstra que a América Latina possui mais de 200 milhões de pessoas (quase 40% da população total) vivendo abaixo da linha de pobreza. Esta é a região com os mais elevados índices de desigualdade econômica. Embora o crescimento econômico possa contribuir para o aumento de receitas fiscais, estas precisam ser gastas de forma mais efetiva e justa, com o objetivo de reduzir os índices de pobreza e fazer com que os cidadãos acreditem no sistema democrático. O estudo também aponta para a necessidade de um melhor sistema de tributação, o que poderia significar o fim de algumas isenções fiscais atualmente vigentes em muitos dos regimes latino-americanos. A publicação pode ser adquirida na Livraria Eletrônica da OCDE. Uma breve análise de cada uma das seções que compõem o estudo pode ser acessada no link: <[www.oecd.org/dev/publications/leo](http://www.oecd.org/dev/publications/leo)>.

## **OMC lança novas estatísticas sobre salvaguardas**

O Secretariado da Organização Mundial do Comércio (OMC) publicou, em 7 de novembro, a atualização das estatísticas sobre ações de salvaguardas notificadas pelos Membros da Organização. Os novos dados podem ser obtidos em: <[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/safeg\\_e/safeg\\_e.htm#statistics](http://www.wto.org/english/tratop_e/safeg_e/safeg_e.htm#statistics)>.

## **OMC organiza evento sobre ajuda ao comércio**

Nos dias 20 e 21 de novembro, a OMC realizou, em Genebra, o "Mobilizing Aid for Trade: A Global Review". O evento contará com um workshop técnico sobre monitoramento e avaliação do programa "Aid for Trade". Também nesta ocasião os Secretários-Gerais da OMC e da OCDE, Pascal Lamy e Angel Gurría, discutirão a relação do programa "Aid for Trade" com a agenda de desenvolvimento. Maiores informações encontram-se disponíveis em: <[http://www.wto.org/english/tratop\\_e/devel\\_e/a4t\\_e/global\\_review\\_e.htm](http://www.wto.org/english/tratop_e/devel_e/a4t_e/global_review_e.htm)>.

## **Feira de Biocombustíveis**

O ITM EXPO abrigará, entre os dias 27 e 29 de novembro, a "Feira e Congresso Internacional de Energias Alternativas Renováveis, Limpas e Co-geração - Feira de Biocombustíveis", evento que contará com palestras de Jean Marc Jossart, Secretário-Geral da Associação Européia de Biomassa; Ronaldo David Alves, diretor técnico da Altercoop Energias Alternativas; e Lúcia Carvalho Pinto de Melo, sócia

fundadora do Centro de Gestão de Estudos Estratégicos, entre outros. Os interessados em participar podem obter mais informações por meio do link: <<http://www.latinevent.com.br/energias>>.

## **Seminário sobre saúde da população negra**

Estão abertas as inscrições para o "IV Seminário Internacional DST/AIDS e Saúde da População Negra: Controle Social", que ocorrerá de 13 a 15 de dezembro de 2007, em Porto Alegre. Os temas abordados incluem experiências nacionais e internacionais relacionadas à AIDS. O seminário objetiva contribuir para a articulação da sociedade civil, pesquisadores e profissionais para a proposição, monitoramento e avaliação de políticas públicas na área de saúde. Promovido pelo ACMUN e pela Associação de Mulheres Negras do Rio Grande do Sul, o evento será realizado no Centro Cultural CEEE Érico Veríssimo. As inscrições podem ser feitas pelo e-mail <[acmun\\_acmun@yahoo.com.br](mailto:acmun_acmun@yahoo.com.br)>. O formulário encontra-se disponível em: <[www.acmun.org.br](http://www.acmun.org.br)>.

## **EXPO Zaragoza abre espaço para desenvolvimento sustentável**

Em 14 de junho de 2008 ocorrerá a EXPO Zaragoza, evento que inclui um pavilhão dedicado às ONGs e Sociedade Civil. O tema desta edição da EXPO é "Água e sustentabilidade". Organizações cujos trabalhos relacionam-se com o tema podem candidatar-se a participar até 30 de novembro de 2007 por meio do link: <<http://elfaro2008.org/boletin/circular01.html>>.

## **ONU e Google criam site para avaliar ODMs**

A Organização das Nações Unidas (ONU), Google e Cisco lançaram, em parceria, o "MDG Monitor", ferramenta de Internet que agrupa mapas, indicadores e análises sobre o desempenho de mais de 130 localidades quanto aos Objetivos Do Milênio (ODMs). A iniciativa disponibiliza indicadores da Divisão de Estatísticas da ONU sobre os ODMs por país e em mapas, o que permite traçar análises sobre o que tem sido feito pelos governos para que as metas do milênio, definidas no âmbito da ONU, sejam cumpridas. O "MDG Monitor" encontra-se disponível em: <<http://www.mdgmonitor.org/>>.

## **Chamada para trabalhos para Congresso de Criminologia**

Foi aberta a chamada de trabalhos para o XV Congresso Mundial de Criminologia, que será realizado em Barcelona, Espanha, de 20 a 25 de julho de 2008. Os trabalhos devem abordar um dos seguintes temas: crime organizado, crime econômico, terrorismo, tráfico

de seres humanos e crimes envolvendo drogas; elementos para a cooperação transnacional; desenvolvimento de políticas supranacionais voltadas para o crime; pesquisa em educação e políticas de controle criminal. As propostas de trabalho devem ser enviadas até 15 de dezembro para o e-mail <ranscrime@american.edu>. Para mais informações, acesse: <<http://spa.american.edu/barcelona.php>>.

### **Oportunidade de trabalho no Secretariado da UNECE**

O Secretariado da Comissão Econômica da ONU para a Europa (UNECE, sigla em inglês) abriu processo seletivo para o cargo de funcionário de assuntos ambientais. A atuação dar-se-a junto a parceiros governamentais e não-governamentais para busca de suporte para a implementação do Protocolo sobre Água e Saúde. Os interessados que se adequarem ao perfil devem enviar sua candidatura até 5 de dezembro para o e-mail: <[protocol.water\\_health@unece.org](mailto:protocol.water_health@unece.org)>. A mensagem deve conter carta de apresentação, currículo e o contato de três referências. Os requisitos para o cargo e maiores detalhes sobre o processo de candidatura podem ser encontrados no site da UNECE: <<http://www.unece.org/env/water/>>.

### **UNIFEM abre 3 vagas em Brasília**

O Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher (UNIFEM) abriu vagas para os cargos de assistente técnico de programa, assistente administrativo de programa e administrador de programa. As cartas de candidatura devem ser encaminhadas junto com o currículo para <[unifemsc@unifem.org](mailto:unifemsc@unifem.org)>, com cópia para <[fernando.vianna@unifem.org](mailto:fernando.vianna@unifem.org)>, com o título "Program Technical Assistant", até o dia 26 de novembro de 2007. Os requisitos para cada um dos cargos podem ser acessados no link: <[http://www.unifem.org.br/003/00301009.asp?ttCD\\_CHAVE=46348](http://www.unifem.org.br/003/00301009.asp?ttCD_CHAVE=46348)>.

Edições anteriores de *PONTES Quinzenal* podem ser acessadas em: [http://www.ictsd.org/pont\\_quinze/archive.htm](http://www.ictsd.org/pont_quinze/archive.htm)

PONTES é publicado pelo Centro Internacional para o Comércio e o Desenvolvimento Sustentável (ICTSD) e pela Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas (DireitoGV).

ICTSD é uma organização independente e sem fins lucrativos com sede em Genebra, Suíça, tel: (41-22) 917-8492; fax: 917-8093. Trechos de *PONTES Quinzenal* podem ser usados em outras publicações se forem citados de forma apropriada. Comentários e sugestões serão bem vindos e podem ser enviados para [pontes@ictsd.ch](mailto:pontes@ictsd.ch).

*A produção de PONTES Quinzenal tem sido possível graças ao apoio generoso da Agência suíça para o desenvolvimento.*

